

## ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cleidiane Gonçalves da Silva<sup>1</sup>  
Eliane Maria de Lima Paixão<sup>2</sup>  
Jucilene Pinto de Campos<sup>3</sup>  
Sandra Aparecida Nogueira<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este estudo é uma revisão da literatura cujo objetivo é refletir a alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental. Surgiu um diálogo com os teóricos mais importantes sobre o tema em questão, tais como: Freire (1968), Ferreira (2001), Soares (1998), Massagão (2004). São analisados textos que regulamentam a educação nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 - LDBEN, o Plano Nacional de Educação 2014-2014 - PNE, além de programas governamentais como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. São propostas estratégias para melhorar esta realidade, tendo em conta tanto a dimensão da escola no contexto geral como o conteúdo da sala de aula.

2513

**Palavras-chaves:** Alfabetização. Letramento. Ensino fundamental.

**ABSTRACT:** This study is a literature review whose objective is to reflect literacy and literacy in the early years of elementary school. A dialogue emerged with the most important theorists on the topic in question, such as: Freire (1968), Ferreira (2001), Soares (1998), Massagão (2004). Texts that regulate national education are analyzed, such as the National Education Guidelines and Bases Law 9394/96 - LDBEN, the 2014-2014 National Education Plan - PNE, as well as government programs such as the National Pact for Literacy at the Right Age - PNAIC. Strategies are proposed to improve this reality, taking into account both the size of the school in the general context and the content of the classroom.

**Keywords:** Literacy. Literacy. Elementary School.

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Especialista em Educação Infantil com Ênfase nos Anos Iniciais pela Faculdade FAIPE

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pelas Faculdades Mato-grossenses de Ciências Sociais e Humanas, Especialista em Educação Infantil e Alfabetização pelo Instituto Cuiabano de Educação – ICE.

<sup>3</sup> Graduação em Pedagogia pela Faculdade Afirmativo.

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Especialista em Educação Infantil pela Faculdade das Águas Emendadas – FAE.

## I INTRODUÇÃO

Muito se tem pesquisado, discutido e refletido acerca da alfabetização. Na perspectiva do letramento, no contexto hodierno, já não contempla mais a linguagem como mera prática de codificar e decodificar palavras e/ou a escrita de textos, de forma mecânica e descontextualizada, como se alfabetização fosse uma mera técnica. Neste cenário, uma quantidade significativa de teóricos estão tentando desmistificar o conceito entre letramento e alfabetização que provoca uma série de dúvidas entre os alfabetizadores e para algumas dimensões educacionais. Para Ferreiro e Teberoski (2007), os conceitos de letramento e alfabetização se mesclam e se confundem e, a epistemologia gerada na discussão entre ambos envolve concepções equivocadas que provocam conclusões diversas entre os dois processos.

Assim, o conceito de alfabetização vem se modificando de forma significativa nas últimas décadas. Durante muito tempo considerou-se que uma pessoa estava alfabetizada quando sabia ler e escrever, ainda que em um nível muito rudimentar. Portanto, a alfabetização era tida como a ação ou o processo de tornar o sujeito alfabetizado, permitindo-lhe fazer uso da tecnologia de ler e escrever, codificar e decodificar letras, palavras e textos. A partir dos estudos empreendidos pelas pesquisadoras argentinas Emília Ferreiro e Ana Teberoski (2007), o conceito de alfabetização passou por uma reviravolta. No entendimento das autoras, a escrita se caracteriza como um processo dinâmico, onde a criança tem a possibilidade de construir e desconstruir suas ideias sobre como funciona a língua escrita com o intuito de compreendê-la como um sistema de representação da fala.

Este artigo apresenta uma reflexão acerca da alfabetização e letramento, com enfoque nos anos iniciais do Ensino Fundamental, segunda etapa da Educação Básica que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, tem como objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Partindo desse princípio, têm-se como base os dados apontados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e pelo Índice de Analfabetismo Funcional – INAF que mostram resultados das avaliações de Matemática e

Língua Portuguesa, como o foco na leitura e, que lamentavelmente, demonstram um elevado índice de analfabetismo funcional na população brasileira.

Fica evidente que as escolas brasileiras, de forma geral, formam alunos que não capazes ao menos de interpretar e produzir pequenos textos. Ademais dialoga-se com autores que abordam a temática em questão, além de apontar algumas sugestões de melhoria na qualidade do Ensino Fundamental, com o escopo de contribuir, promover e elevar o índice de alfabetismo.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Diferença entre alfabetização e letramento

Alfabetização e letramento são temas afins, pois na prática da ação pedagógica, eles se encontram, sendo que ambos são relevantes no contexto da aprendizagem. No entanto, letrar é uma prática que vai mais além. Enquanto que alfabetização é a ação de ensinar e aprender a ler e escrever, o letramento é o estado ou a condição de quem, mesmo não sabendo ler e escrever, cultiva e exerce a leitura em práticas sociais. Nesta perspectiva, há quem defenda de que as práxis de alfabetização devam estar em consonância com o processo de letramento.

2515

[...] implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...: habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos, habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor Torna-se necessário entender o que está sendo efetivamente privilegiado no atual debate sobre a avaliação, pois estamos vivendo em um momento de construção de proposta para a redefinição do cotidiano escolar, e a avaliação é uma questão significativa nesse processo, portanto, precisamos conscientizar os professores que consiste sempre em seguir rotinas transmitidas que não servem de garantia para uma ação eficaz, havendo um distanciamento da formação do professor com um contexto atual no qual o aluno está inserido [...] (SOARES, 1986, p. 92).

Partindo desse pressuposto, ler consiste no conjunto de habilidades e comportamento, desde decodificar sílabas ou palavras até ler um grande livro, assim como

escrever envolve habilidades e comportamentos que vão desde o próprio nome até uma tese.

Alfabetizar, nessa perspectiva, consiste na função social dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que corresponde à segunda etapa da Educação Básica, pois de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, os três primeiros anos do Ensino Fundamental abrangem crianças de 6 (seis) e 8 (oito) de idade e instituem um bloco destinado à alfabetização. Neste sentido, o documento do Ministério de Educação (MEC) direciona:

Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizeram opção, pelo regime seriado, é necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos, os três anos do Ensino Fundamental, devem assegurar: a alfabetização e o letramento (BRASIL, 2013, p. 38).

Ainda acerca da diferenciação de alfabetização e letramento, concebe-se que alfabetização é o processo de desenvolvimento de diferentes métodos da língua e se preocupa com a aquisição da escrita pelo sujeito, enquanto que o letramento é o processo em que o indivíduo é visto em atividade, desenvolvendo suas habilidades de escrita e leitura com perfeição ou, ao menos, com bastante facilidade.

É, nesse contexto teórico, que afirmamos que atualmente ser alfabetizado, isto é, saber ler e escrever, tem sido condição insuficiente para responder suficientemente às demandas sociais da pós-modernidade. É necessário ser capaz de entender o significado e o uso das palavras em diferentes contextos. Sendo assim, na sociedade do conhecimento, para ser letrado, faz-se necessário entender os significados e os usos das palavras em diferentes situações. No entanto, “A escola considera evidente que a escrita é um sistema de signos que expressam sons individuais da fala e supõe que também para a criança isso seja dado ‘a priori’. Mas não é. No início do processo, toda criança supõe que a escrita é uma outra forma de desenhar as coisas” (LERNER, 2008, p. 37).

### 2.3 Teorias da alfabetização e letramento

Vários autores têm se debruçado a pesquisar e refletir sobre o fenômeno da alfabetização e do letramento, sobretudo os de tendências mais progressistas. Vale destacar, entre eles, a metodologia da alfabetização de Paulo Freire, que, apesar de ter sido

voltada para jovens e adultos, pode ser adaptada para qualquer etapa de ensino, inclusive para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal metodologia foi completamente inovadora e diferente das técnicas até então utilizadas que eram, em sua maioria, resultados de adaptações simplistas das cartilhas.

Trata-se de um método diferente, por possibilitar uma aprendizagem libertadora, não mecânica, que requer uma tomada de posição frente aos problemas que vivemos. Sobre o método Paulo Freire, é conveniente destacar que é:

Através de temas e palavras geradoras, realizamos a codificação e decodificação desses temas buscando o seu significado social, ou seja, a consciência do vivido. Através do tema gerador geral, é possível avançar para além do limite de conhecimento que os educandos têm de sua própria realidade, podendo assim melhor compreendê-la a fim de poder nela intervir criticamente. Do tema gerador deverão sair as palavras geradoras. Cada palavra geradora deverá ter sua ilustração que por sua vez deverá suscitar o debate (FEITOSA, 2009, p.74).

Paulo Freire rompeu com a concepção utilitária do ato educativo propondo outra forma de alfabetizar, ao trabalhar slides com gravuras, sendo um dos pioneiros na utilização da multimídia na alfabetização de adultos. Freire continua vivo e em evolução entre aqueles que trabalham com suas ideias, mas reafirmamos a necessidade de recriação constante em toda e qualquer prática educativa, inclusive no método em questão.

No que se refere à metodologia de práticas de alfabetização inovadoras, aqui no Brasil, sobretudo, na Educação de Jovens e Adultos, Freire continua sendo o único referencial teórico-metodológico elaborado sistematicamente, embora, do ponto de vista prático, as experiências na área da educação de adultos, tenham assumido algumas posturas diferenciadas. Seu trabalho deu conta de explicar a natureza da relação ensino-aprendizagem, sua especificidade pedagógica e sua função sociocultural e política. Acerca da concepção filosófica de Paulo Freire comenta Moura:

A formulação teórica de Freire para alfabetização, constitui-se como parte da sua teoria problematizadora e libertadora de educação: a Pedagogia do Oprimido. A teoria freiriana possui raízes empíricas e epistemológicas na história da transformação social, econômica e política brasileira e nas ideias de Marx e Engels e outros autores marxistas (FREIRE, 2001, p. 109).

Para Freire apud Moura (2001), a alfabetização deveria ser objeto de atenção, como um dos possíveis caminhos de expressão prática, de uma ambição pedagógica bem mais abrangente. Para tanto, o autor organizou grupos de educadores que, após uma preparação, davam início a um longo processo de alfabetização que culminava com a leitura da palavra.

Destacam-se ainda as concepções de Emília Ferreiro, que muito contribuiu para a compreensão do processo de aquisição da leitura e da escrita dos alfabetizandos. A psicolinguística argentina desvendou os mecanismos pelos quais as crianças aprendem a ler e a escrever, o que levou educadores a rever radicalmente seus métodos. A partir dos estudos de Ferreiro e Teberoski sobre a psicogênese da língua escrita, houve uma mudança conceitual na história da alfabetização. Sua obra causou um grande impacto, não apenas sobre as concepções de alfabetização, mas também sobre a escola e as normas do governo na área.

De acordo com a teoria, o alfabetizando passa por quatro fases até que esteja alfabetizado. Moura assim descreve essas fases: “Pré-silábico: não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada; Silábico: interpreta a letra a sua maneira, atribuindo valor de sílaba a cada uma; Silábico alfabético: mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas com a identificação de algumas sílabas; Alfabético: domina, enfim, o valor das letras e sílabas” (2001, p. 103).

A psicolinguista critica a concepção tradicional de alfabetização que tem como princípio partir do simples para então chegar ao complexo. Portanto, acredita que a criança aprende a ler lendo e escrever escrevendo, e não repetindo de forma mecânica “pedaços” de palavras, cobrindo e copiando repetidas vezes: palavras, frases e textos, de forma desconectada da sua realidade.

Letramento aparece sempre ligado à compreensão de leitura e escrita como práticas sociais, que privilegia a visão de língua que usamos a todo instante quando nos comunicamos. Alfabetização está ligada a concepção de escrita como sistema ordenado pelas regras gramaticais, ou mesmo de escrita como código, que é preciso decifrar (SOARES, 2004, p. 9).

Ao longo da história da alfabetização, as duas aprendizagens aconteceram de forma separada. Até as décadas de 60 e 70 do século passado, a preocupação era somente com o bê-á-bá, de forma técnica e mecânica, depois com as práticas de leitura e escrita. Posteriormente, por volta das décadas de 80 e 90, o modelo behaviorista foi substituído pelo modelo cognitivista, corroborando com a autora, ao afirmar que se vive atualmente uma síntese dos dois paradigmas, ou seja, a alfabetização na perspectiva do letramento, de forma dinâmica, articulada e dialógica.

Sendo assim, dissociar alfabetização de letramento consiste em um grande equívoco, sobretudo, nas atuais concepções psicológicas e linguísticas de leitura e de escrita. A inserção da criança, nesse processo ocorre concomitantemente, em uma relação interdependente e indissociável, se desenvolvendo em práticas e usos sociais.

O primeiro termo alfabetização, corresponderia ao processo pelo qual se adquire uma tecnologia – a escrita alfabética e as g Habilidades de utilizá-la para ler e escrever. Já o segundo termo letramento, relaciona-se ao exercício efetivo e competente daquela tecnologia da escrita, nas situações em que precisamos ler e produzir textos reais (SOARES, 1998, p. 47).

Em síntese, até pouco tempo eram consideradas alfabetizadas as pessoas que declaravam saber ler e escrever e que assinavam seu nome para comprová-lo. Hodiernamente, são considerados alfabetizados os sujeitos que se declaram serem capazes de ler, escrever e compreender um texto simples. Isso mudou o enfoque inicial ao conceito dado à alfabetização.

#### 2.4 Alfabetismo no ensino fundamental

Sabe-se que o Ensino Fundamental foi ampliado recentemente de 8 (oito) para 9 (nove) anos. Com a aprovação da Lei nº II. 274/2006, as crianças serão incluídas no sistema educacional brasileiro mais cedo, especialmente aquelas pertencentes aos setores populares, haja vista que, na prática, as crianças na faixa etária de 6(seis) anos da classe média e alta já se encontram inclusas no sistema de ensino, na etapa de Educação Infantil ou na primeira série do Ensino Fundamental.

Para que o Ensino Fundamental de nove anos seja já assumido como poder público subjetivo e, portanto, estabelece como condição a matrícula das crianças de seis anos de idade, no Ensino Fundamental, ou completar no início do ano letivo em curso (BRASIL, 2006).

A decisão política dessa ampliação foi fator de extrema relevância para o país progredir no aspecto educacional e, sobretudo de desenvolvimento social. De acordo com o Ministério da Educação (MEC, 2006), pesquisas mostraram que 81,7 % das crianças de seis anos estão na escola, sendo que 38,9% frequentam a Educação Infantil, das quais 13,6 % pertencem à classe de alfabetização e 29,6 % estão no Ensino Fundamental (IBGE, 2009).

No que se refere ao alfabetismo funcional, termo utilizado pela UNESCO para definir a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fazer frente às demandas do contexto social, empregando essas habilidades para modificar

qualitativamente a vida e para continuar aprendendo. O Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) apura anualmente, os níveis de analfabetismo funcional da população brasileira entre 15 e 64 anos e utiliza os seguintes conceitos para definir os índices: analfabetos funcionais, alfabetismo nível rudimentar, alfabetismo básico e alfabetismo nível pleno. Seguindo as recomendações da UNESCO, a partir da década de 90 o IBGE passou a divulgar também índices de alfabetismo funcional, utilizando como critério o número de séries concluídas e não apenas autoavaliação dos respondentes, como era anteriormente, são computados como analfabetos funcionais os cidadãos com menos de quatro anos de escolaridade (SCHWAARTZ, 2010, p. 68).

No que concerne à avaliação do Ensino Fundamental, nos últimos anos, o MEC tem utilizado a Provinha Brasil, aplicada pela primeira vez em 2008. Trata-se de um instrumento que auxilia professores, coordenadores e gestores escolares no acompanhamento do nível de alfabetização das crianças do segundo ano do Ensino Fundamental. A função principal é diagnosticar e acompanhar, e não classificar o desempenho dos estudantes, ainda dentro do chamado ciclo de alfabetização que corresponde aos três primeiros anos do Ensino Fundamental, com nível de habilidades de leitura e linguagem matemática. Portanto, trata-se de uma avaliação interna. Contudo, a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) tem caráter externo, pois, além de ser aplicado por agentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), o objetivo central é obter um diagnóstico da alfabetização no país, bem como das condições de oferta.

2520

A crise na educação brasileira é antiga e seus principais motivos são desde equívocos nas políticas governamentais, passando pela negligência em relação ao Ensino Fundamental, até o descuido com a qualidade do ensino. As consequências desse conjunto de problemas podem ser resumidas numa única afirmação: “os estudantes brasileiros chegam ao nono ano do Ensino Fundamental sem o domínio da linguagem oral e escrita e da linguagem matemática básica” (PROVA BRASIL, 2012; INAF, 2014).

Outro fator importante a considerar é que mais de um terço (35%) dos analfabetos brasileiros com mais de 15 (quinze) anos já frequentou alguma vez a escola. Esses dados foram obtidos pelo cruzamento realizado por técnicos do INEP, em 2015, a partir de índices das Pesquisas e Amostras a Domicílio (PNAD), em 2015, e do IBGE (com dados do Censo de 2014). Ao cruzarem os dados, os técnicos do INEP descobriram que, em 74% dos casos, os analfabetos tinham frequentado a escola e haviam completado pelo menos um ano de estudo. Isso significa que chegaram, pelo menos ao final da primeira série do Ensino Fundamental e não aprenderam a ler e escrever.



O que se espera das atuais políticas públicas exclusivas para a problemática do analfabetismo funcional é que seja, no mínimo, amenizada tal situação. O Plano Nacional de Educação (PNE), a este respeito na meta nove propõe:

Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional (BRASIL, 2014, p. 68).

Para assegurar tal meta, vai depender de algumas medidas, como: promover formação contínua dos docentes, assegurar a permanência, inclusive para jovens, adultos e idosos, bem como criar estratégias alfabetizadoras diversificadas: dinâmicas, rodas de leituras e sensibilizar e envolver a família neste processo.

## **2.5 Alfabetização: letramento para os anos iniciais do ensino fundamental**

Alfabetizar, na perspectiva do letramento, é contemplar uma prática pedagógica e uma didática progressista, além de compreender que a criança da segunda infância é um sujeito pensante em todas as etapas que perpassa no decorrer do processo de alfabetização.

2521

Neste sentido, trabalhar alfabetizando e letrando concomitantemente é compreender que a escola de Ensino Fundamental tem, como função social primordial, alfabetizar de forma significativa e consciente. Assim, o professor dessa etapa de ensino exerce um papel não meramente pedagógico, mas, sobretudo, político e humano. Alfabetizar na perspectiva interdisciplinar é contemplar na prática pedagógica uma didática moderna e dinâmica, compreendendo a subjetividade e a individualidade do alfabetizando. Portanto, requer uma escola com propostas inovadoras, bem como um educador com práticas pedagógicas diferenciadas.

Sugerem-se algumas estratégias que se consideram eficazes por favorecerem de forma significativa o processo de alfabetização na dimensão do letramento dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Vale ressaltar que as estratégias foram pensadas em duas dimensões da escola: no contexto geral (equipe pedagógica e comunidade) e didático (ensino de sala de aula).

A partir do momento em que o professor despertar na criança o gosto, o letramento será consequência e acontecerá simultaneamente à alfabetização. Aprender a ler e escrever e junto aprender coisas novas de um jeito diferente.

## CONCLUSÃO

Alfabetização e letramento são linguagens diferentes, interdependentes e indissociáveis que devem ser realizadas ao mesmo tempo para que o aluno que conclui o ensino fundamental seja capaz não só de codificar e decodificar letras, palavras e textos, mas de interpretar diferentes circunstâncias e contextos. A alfabetização é fundamental para o ingresso na sociedade letrada, portanto, deve-se trabalhar a obrigação social dessa aprendizagem, desenvolvendo práticas / vivências de leitura e escrita em situações materiais e significativas. ferramenta para tomar consciência da realidade e transformá-la.

O alfabetizador precisa se especializar, pesquisar metodologias de ensino e construção do conhecimento de forma aprofundada, conhecer o referencial teórico que contempla este fenômeno: A psicologia infantil para compreender o alfabetizador; os documentos legais que apóiam sua prática; as metodologias mais adequadas às necessidades dos alunos; os recursos didáticos, enfim, todas as nuances que permeiam esse processo.

2522

É importante que esses resultados não se constituam apenas em reprovações acadêmicas ou desinteresse dos alunos. É um conjunto de aspectos políticos e sociais que existem no país há décadas e que levam à ineficácia de programas e políticas públicas de alfabetização. São inúmeros os desafios educacionais a serem enfrentados no atual contexto avaliativo, em que muitos alunos passam pela escola sem adquirir as reais condições de se tornarem leitores competentes.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. (2004). **Gaiolas e asas. A arte do voo ou a busca da alegria de aprender.** Porto Alegre: Edições Assa. Brandão, C.F. 2003.

BRASIL. **LDB: passo a passo: Lei de diretrizes e bases da Educação nacional (Lei nº 9.394/96), comentada e interpretada artigo por artigo.** São Paulo: Avercamp. Brasil. 2006.

**BRAASIL, Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para incluso de crianças de seis anos.** Brasília: FNDE. Brasil. 2015.

**BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE).** 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. 2.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

**DORNELES, L.V. (2010). A produção de sujeitos alfabetizados.** In: Dalla Zen, Maria I. H, Xavier, A. Luísa. (Orgs). Alfabestrar: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Mediadora.

**FERREIRO, E. (2011). Alfabetização em processo.** São Paulo: Cortez. Feitosa, S.C.S. 2009.

**FEITOSA, S.C.S. O método Paulo Freire: a reinvenção de um legado.** São Paulo: Editora e livraria do Instituto Paulo Freire, 2009.

**LERNER, D. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

**MOURA, T.M.M. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygostsky.** 2.ed. Maceió: EDUFAL, 2001.

2523

**SCHUWARTZ, S. Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática.** Petrópolis: RJ: Vozes, 2010.

**SOARES, M. Alfabetização: dilemas da prática.** Rio de Janeiro: Dois Pontos, Ed. Ltda, 1996.